

UNIVERSIDADE, VESTIBULARES E IDEOLOGIA*

Dulce C.A. WHITAKER **

RESUMO: As funções do exame vestibular à luz das necessidades políticas de diferentes momentos históricos. Análise crítica das mudanças ocorridas nesse tipo de concurso a partir da consolidação do capital monopolista no Brasil, bem como do enrijecimento dessa barreira escolar face à crise do mercado de trabalho para formados em nível superior. A problemática do ensino superior pago como decorrência.

UNITERMOS: Ideologia e política educacional; exame vestibular, análise crítica; ensino superior pago; carreira de nível superior, mercado de trabalho.

Uma das mais importantes descobertas no campo da Filosofia e das Ciências Humanas refere-se ao fato de que o pensamento é socialmente vinculado, obedecendo, portanto, a complexos determinantes sociais, os quais têm a ver, não só com os fundamentos econômicos, como também com as necessidades políticas de uma dada situação***.

Não é objetivo deste artigo fazer o levantamento das inúmeras contribuições que diferentes pensadores fizeram à formulação do conceito de Ideologia, desde a Renascença até nossos dias. É importante lembrar, no entanto, que conforme o demonstraram Marx e Engels, equacionando, pela primeira vez, de maneira clara,

os mecanismos formadores da Ideologia, a situação de existência tem muito a ver com as representações que os homens fazem a respeito do real (6).

Partindo das descobertas marxistas, Mannheim estudou a vinculação entre as várias formas de pensamento e o momento histórico e social em que foram produzidas. Concluiu então pela inexistência de um intelecto puro e pela impossibilidade de apreender o real, dada a inexistência de uma verdade absoluta e/ou a nossa incapacidade para apreendê-la (5).

Observa ainda esse autor, que se existem Ideologias totais, abrangentes e relativas a uma época, existem também Ideologias parciais — aquelas que são cons-

* Este artigo foi redigido em 1980 (2.º semestre). Destinava-se a publicação numa coletânea sobre vestibulares cujos organizadores desistiram do empreendimento em função de obstáculos financeiros. Resolvi publicá-lo agora, sem revisão, porque relendo-o à luz da queda na procura pelos grandes vestibulares em 1983 — bem como do agravamento das dificuldades do mercado de trabalho para carreiras de nível superior — percebi que esta abordagem continua muito atual, em virtude da concretização da maior parte das tendências observadas. Dentre estas, apenas a crise dos cursos de ciências humanas parece ter sido superada, mas o fenômeno ainda requer análise científica. Uma das hipóteses a respeito do crescimento da procura por cursos de humanas tem justamente a ver com a crise do Mercado de Trabalho. Dir-se-ia que jovens estudantes, decepcionados com a tecnocracia buscam compreender através desses cursos o processo social e histórico em que naufragaram suas aspirações.

** Departamento de Sociologia — Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação — UNESP — 14.800 — Araraquara — SP.

*** Conforme lembra Goldman, “o comportamento é um fato total” e assim sendo “tentativas de separar seus aspectos” “material” e “espiritual”, não podem ser, no melhor dos casos senão abstrações provisórias, sempre implicando grande perigo para o conhecimento. (2:27-28).

truídas pela ótica dos interesses. Diz Mannheim:

“Os grupos dominantes podem em seu pensar, tornar-se tão intensamente ligados por interesse a uma dada situação, que simplesmente não são mais capazes de ver certos fatos que iriam solapar seu senso de dominação” (5:83).

Para este autor existe, portanto, um inconsciente coletivo (dos grupos dominantes) que obscurece a condição real da sociedade, tanto para si, como para os demais, estabilizando-a.

Mannheim tenta resolver o problema da “falsa consciência”, aconselhando-nos a concentrarmos com maior intensidade nossa atenção sobre a tarefa de determinar quais, de todas as idéias em curso, são realmente válidas para uma dada situação (5).

Com efeito, quando conseguimos analisar em profundidade um determinado aspecto do social, emerge, por detrás das aparências proclamadas, a trama de interesses, vontades e impulsos, cujas complicadas influências podem ser detectadas no tipo de soluções propostas pela dominação para resolução dos principais problemas sociais. E como a nossa realidade existe em constante mudança, também o pensamento é uma realidade cambiante, e só pode ser adequadamente compreendido, quando objeto de uma análise crítico-dialética, através da qual se possam vencer as dúvidas e perplexidades que nos assaltam cada vez que observamos um problema humano. Se existem, ainda segundo Mannheim, Ideologias totais, como evitar o obscurecimento da verdade provocado por essa forma totalizadora de obstáculo? como podemos nós, educadores, estar certos, de que, da nossa posição e dos nossos interesses não surgem fatores que obstaculizam a compreensão crítica da realidade? se existe um “inconsciente

coletivo” estabilizando o social, podemos ser acusados, nós mesmos, de estar sob sua influência...

Comentando criticamente a contribuição de Mannheim para o estudo da Ideologia, pelo menos dois filósofos da escola de Frankfurt — Adorno e Horkheimer — nos fornecem os instrumentos para resolver esse impasse, na medida em que nos fazem ver que os obscurecimentos da verdade não são assim tão inconscientes como queria Mannheim. Horkheimer preconiza mesmo que o termo Ideologia seja reservado para denominar aquilo que é antitético com respeito à verdade — o saber inconsciente da sua dependência, e as opiniões que se constituem na base de meras aparências. Para este autor, o conhecimento que podemos obter empregando nossas melhores forças, dá a medida da diferença entre aquilo que é falso e aquilo que é verdadeiro (4) *.

A discussão acima tornou-se necessária porque ela fornece um instrumental indispensável à elaboração deste artigo, cujo tema exige que se analisem criticamente as afirmações e crenças que têm sido veiculadas, até nos meios acadêmicos, tanto sobre os vestibulares, como sobre o ensino pago, criticando-lhe os aspectos ideológicos — ideologia aqui, no sentido que lhe é dado por Horkheimer. O conceito de ideologia adotado aqui, tem portanto a ver com as atitudes da “falsa consciência” que dão as aparências como reais, obscurecendo, dessa forma, aspectos essenciais, cuja descoberta não interessa a “status quo”. Tal conceito é encontrado ainda em Gramsci, sob a denominação de ideologia Arbitrária — “erros que se contrapõem à verdade” (3).

Em rápidas palavras, podemos defini-la como uma racionalização coletiva, imposta por grupos dominantes da sociedade, que partem das aparências, isto é, fatos mal explicitados (meias-verdades,

* Veja-se a esse respeito: WHITAKER, D.C.A. — Ideologia e cultura no Brasil. *Perspectivas*, São Paulo, 5: 5-14, 1982.

portanto) e constroem justificativas para ações ou políticas cujas verdadeiras finalidades não são em geral reveladas.

Tais justificativas ideológicas propagam-se facilmente, graças aos meios poderosos de que, para tal, dispõem os grupos interessados.

Para ilustrar a força dos interessados na formação e manutenção das ideologias, um exemplo bastante eloqüente é o da crença na incapacidade feminina para várias profissões ou atividades. As dificuldades do homem em compreender que os fatores históricos da sua própria dominação impediram (e ainda impedem) a mulher de desempenhar certos papéis, nada tem a ver com sua incapacidade ou capacidade de compreensão. Suas dificuldades se ligam muito mais ao fato de que não “interessa” compreender. Aceitar a idéia de que as tendências para esta ou aquela profissão independem do sexo, entendido como fator biológico, seria ter que abrir à participação feminina, importantes setores da vida social que ainda permanecem quase exclusivamente masculinos.

A lista de exemplos poderia ser muito grande, desde as crenças bastante difundidas de que o controle da natalidade resolveria os problemas da miséria da população (o que torna fácil culpar essa mesma população por sua miséria), até as teorias econômicas que dão os aumentos salariais como principais fatores causadores da inflação (o que, se não justifica totalmente, serve para desculpar a repressão em cima de professores, bancários e operários).

O que interessa, porém ao nosso tema, é usar tal conceito de Ideologia para analisar, por um lado, as funções do exame vestibular no Brasil; e por outro lado, os principais aspectos do discurso oficial sobre o ensino universitário pago. As colocações que serão feitas aqui não têm a pretensão de desvendar todas as nuances ideológicas relacionadas com esses problemas, mesmo porque, com relação a eles, o debate nacional apenas se iniciou.

A intenção aqui é levantar alguns fatos de maneira crítica, buscando as condições históricas e sociais em que estão inseridos, transformando-os assim em alvos de um debate mais aberto.

Começemos por um levantamento rápido das transformações pelas quais têm passado os exames vestibulares em nosso país, relacionando-as com o momento histórico e suas necessidades (entenda-se histórico aqui em sua totalidade econômica, social e política).

Com efeito, houve tempo em que o vestibular era a “barreira” através da qual evitava-se o acesso ao nível superior de ensino por parte daqueles que não apresentassem os dotes intelectuais de excelência que a vida universitária exigia. Não se punha em discussão, é claro, os pré-requisitos dessa excelência intelectual (se é que se podia falar em excelência intelectual numa sociedade onde a maioria era analfabeta). De qualquer forma, o caráter elitista da Universidade não incomodava, aliás, justificava-se numa sociedade cujo nível de urbanização ainda era muito baixo. Nessa fase que vai até o pós-guerra e se estende ainda pelos anos 50, o ritmo de urbanização já se acelerava e a predominância do capitalismo monopolista já se anunciava, mas a aquisição ou herança da propriedade ainda era no Brasil, o modelo de êxito preferido pela maioria das camadas médias da população. A escolarização a níveis elevados era já vista como mecanismo de ascensão social, mas em setores muito restritos da população já urbanizados. Para o grosso da população, a escola primária, com seus 4 anos de duração, era suficiente, (quando se chegava até ela). Dessa forma, barreiras com o exame vestibular e o exame de admissão eram vistas com naturalidade. Acreditava-se nelas como mecanismos de preservação da qualidade do ensino, qualidade essa, diga-se de passagem que era apanágio de reduzidíssimas elites.

A industrialização trouxe as transformações da década de 60 e a escola com to-

das as suas barreiras perdeu a funcionalidade, uma vez que se necessitava agora de muita gente escolarizada para formar os contingentes de mão-de-obra apropriada a uma nação que se queria industrial.

O ensino passou a ser criticado em todos os níveis, o que implicava criticar também o vestibular quase artesanal que se fazia então. As críticas ao vestibular da época podem ser resumidas da seguinte forma: a) tal vestibular exigia dos candidatos um desempenho para o qual a escola já não podia preparar, dada a modificação na composição social da sua clientela; b) forçava a especialização precoce dos jovens, já que não abrangia todas as disciplinas, o que obrigava o estudante a optar, aos 15 anos, por um determinado tipo de colegial; c) implicava desperdício de recursos para os candidatos que se locomoviam de uma escola para outra, ou até de uma cidade para outra, para concorrer a várias escolas simultaneamente. Sem contar que a urbanização do país estimulava o crescimento das aspirações por educação e o problema dos "excedentes" já que se anunciava como um dos mais tormentosos do final da década.

É nesse momento histórico que o vestibular se torna claramente um instrumento de política educacional e começa a ser utilizado para ajustar as barreiras do ingresso ao curso superior, de maneira a atender às necessidades do momento. Vejamos quais eram estas necessidades, para compreender melhor o ajustamento da barreira.

Em 1964, o país optara definitivamente pelo modelo de desenvolvimento associado ao capital internacional de maneira dependente, o que significava o avanço e vitória final do Capitalismo Monopolista, com base na instação e/ou ampliação de filiais das corporações multinacionais e na estatização de importantes se-

tores da economia, o que influenciou a adoção de um modelo de êxito baseado na ascensão social através de estruturas burocráticas*.

Deu-se então a famosa explosão educacional da década de 60, provocada pela urbanização e burocratização da sociedade. O crescimento das aspirações por educação vinha ao encontro das necessidades do sistema, cujas novas exigências dependiam do aumento substancial do número de médicos, engenheiros, economistas e administradores, enquanto o crescimento da escolarização exigia que se formasse mais professores nas Faculdades de Filosofia.

Não é preciso lembrar que nesse momento da nossa evolução política, os laboratórios do poder estavam produzindo o "milagre econômico". As estruturas burocráticas emergiam por toda parte e necessitava-se ampliar os quadros com formação superior. Era preciso, portanto, encaixar todos os jovens que aspiravam o nível universitário. O vestibular deveria tornar-se então um instrumento para "distribuição" dos candidatos pelos vários cursos e escolas. Era preciso criar um tipo de vestibular flexível, através do qual se racionalizasse tal distribuição. Apareceram então os sistemas parcialmente unificados em São Paulo, CESCEM, MAPOFEI e CESCEA, respectivamente para as áreas biológica, tecnológica e humana, que atendiam através de um só vestibular a um grande número de escolas. Suas principais características eram, em resumo: sistema classificatório, provas objetivas, sistemática de distribuição dos alunos por média, através de um grande número de opções de diferentes carreiras e cursos. Dessa forma, um candidato em São Paulo podia, através de um único vestibular, (o do CESCEM, por exemplo) concorrer simultaneamente até a 15 cursos, em qualquer das 12 carreiras oferecidas. Era um sistema aberto e flexível, através do qual,

* Para conceitos de modelos de êxito, veja-se (7).

candidatos excedentes de uma carreira muito procurada podiam ser aproveitados em carreiras ou cursos de menor procura. Carreiras totalmente estanques hoje, em termos de impossibilidade de opção no vestibular FUVEST, apresentavam então intensa associação no processo de escolha dos candidatos. Caso de Agronomia e Veterinária, por exemplo (8). Em 1972, já se inicia o processo de perda de flexibilidade que caracteriza o sistema hoje unificado. Uma portaria do Ministério da Educação limitou, em 1972, “a possibilidade de opção a cursos de, no máximo, duas carreiras” (8).

É importante lembrar que nessa época, não eram só os sistemas unificados que adotavam o método de opções acima descrito. Muitas escolas isoladas preenchiam todas as suas vagas através dessa sistemática.

No entanto a maré de estudantes aumentava de ano para ano. A eliminação da figura do “excedente” através da adoção do sistema classificatório não foi a única medida destinada a resolver o problema. Houve também a tentativa de profissionalização do 2.º grau, que falhou, justamente em função das aspirações que o próprio sistema estimulava.

A década de 70 assistiu à reversão das expectativas. A partir de certo número, deu-se a “crise do milagre”. O mercado de trabalho começou a apresentar sintomas de saturação para formados em nível superior. É preciso lembrar ainda que o crescimento do número de vagas se dera mais acentuadamente na universidade particular, cujas anuidades tornavam-se cada vez mais caras. Assim os candidatos procuravam realizar seus vestibulares primeiramente nos sistemas parcialmente unificados, cuja maioria das escolas era gratuita. Isso tornava a demanda assustadora, resultando, às vezes, na eliminação pura e simples de 90% dos candidatos.

Conforme já se pode depreender das colocações feitas até aqui, tais exames nada têm a ver com processo de avaliação, embora ideologicamente possa se proclamar (como fez recentemente o ministro da Educação) que “através da Portaria n.º 321 pretende-se influenciar positivamente as bases do sistema de ensino, introduzindo certas modificações no vestibular”.

Na verdade, a mudança do momento político-econômico determina as transformações do instrumento vestibular. Em 1976 necessitou-se ajustar novamente as barreiras, já que a crise econômica não permitiu a expansão necessária ao atendimento das aspirações por nível superior, principalmente na universidade pública. (Final o número de vagas cresceu em 800%, mas no sistema particular de ensino, enquanto o crescimento nas universidades estaduais foi insignificante).

Surgiu então o vestibular unificado (em São Paulo o sistema FUVEST que congregou, até há pouco, as três universidades paulistas e algumas outras escolas particulares). Após a unificação, é ainda um exame “classificatório”, mas numa primeira prova elimina 70% dos candidatos. Essa prova tem sido fácil, diga-se de passagem. Mas, para grande parte dos cursos isso não tem o menor significado, já que a “aprovação” não é função do número de acertos, mas sim do número de concorrentes que o candidato enfrenta. A segunda fase do sistema, em São Paulo, tem apresentado outro problema grave. Muda seus mecanismos a cada ano. Ainda não se realizaram dois concursos iguais. Em 1970, as carreiras das universidades do interior não podiam ser colocadas em 2.ª opção, em 1979 exigiu-se para uma delas uma segunda inscrição, em 1980 apareceram mecanismos eliminatórios para a segunda fase do concurso (que é classificatório), além do que, desapareceu a possibilidade de colocar uma segunda opção de carreira*. Assim, o sistema de opções

* E finalmente em 1981, a UNESP retirou-se do sistema.

perdeu totalmente aquela flexibilidade que possuía nos sistemas anteriores. Não se pode hoje aproveitar excedentes de uma carreira para preencher as vagas das carreiras menos procuradas. Na maioria dos casos cada carreira contém apenas um curso, o que significa o seguinte: o candidato está prestando exame vestibular para uma única escola e para um único curso. Deve possuir, portanto, uma intuição muito desenvolvida, para escolher a carreira cujo curso esteja em condições de alcançar.

Porque o sistema vestibular está perdendo a flexibilidade que adquirira nos anos 60? A Ideologia oficial assegura que é preciso melhorar o nível dos candidatos através da exigência da redação e dos novos critérios eliminatórios. É possível que alguém acredite que um exame massificante, que nada tem de avaliativo possa exercer tal influência sobre um sistema de ensino que o próprio ministro da Educação reconheceu como falido? Seria realmente o verdadeiro milagre brasileiro se uma situação escolar determinada por tantos e tão graves problemas sócio-econômicos pudesse ser corrigida pelas influências retroativas da sistemática do vestibular. Na realidade o enrijecimento da barreira do vestibular tem mais a ver com o esgotamento do modelo econômico, no qual podem ser levados em conta dois fatores: o mercado de trabalho que se vai saturando progressivamente para os formados em curso superior e as universidades particulares que precisam cobrar mensalidades cada vez mais caras, necessitando portanto de alunos dispostos a pagá-las. A falta de verbas para a Educação é o fato doloroso — não se ampliam as vagas na universidade pública e insiste-se cada vez mais na necessidade de instituir o ensino pago para “aqueles que podem pagar” — velho projeto acalentado por 2 ou 3 governos e que nenhum ousou ainda implantar totalmente.

As recentes transformações do curso vestibular, analisadas à luz dessas considerações revelam suas intenções subjacentes que podem ser resumidas da seguinte forma: enquanto se proclama estar em busca da melhoria do ensino, impede-se a distribuição de candidatos excedentes dos cursos mais procurados pelos cursos de menor procura. Eliminam-se candidatos que foram socializados, muitas vezes na escola pública de 2.º grau, na perspectiva de um vestibular classificatório. Provoca-se artificialmente, dessa forma, o fenômeno vagas ociosas *, criando-se condições para supressão dessas vagas e/ou fechamento de cursos. Canalizam-se, dessa forma, os excedentes para o sistema particular de ensino. É de se pensar ainda, que tais indivíduos, eliminados, que vão pagar escola ou desistir de estudar, sejam os mais carentes do ponto de vista econômico, uma vez que não puderam pagar as escolas particulares de 2.º grau caríssimas que preparam para o vestibular. Criam-se dessa forma, argumentos poderosos para fortalecer a idéia de que é preciso cobrar anuidades na universidade pública. Estamos diante da ideologia oficial, que toma as conseqüências como causas e estimula-as no sentido de justificar políticas educacionais, cujo significado só pode ser encontrado na totalidade da situação econômica que enfrentamos.

Isso nos remete à análise do problema de se pagar ou não o ensino superior. Os defensores dessa idéia partem também das aparências. Algumas já se pode desmistificar.

Por exemplo, é apenas meia-verdade afirmar-se que o ensino superior é gratuito no Brasil. Por exemplo, no Estado de São Paulo, apenas 6% das vagas estão nas universidades oficiais. É meia-verdade, portanto, afirmar-se que os estudantes mais ricos ocupam, mecanicamente, tais vagas. Relatórios da FUVEST mostram a

* E finalmente em 1981, a UNESP retirou-se do sistema.

predominância dos filhos das camadas médias, não só entre os candidatos, como entre os aprovados. Na realidade, os filhos das famílias de classe média lutam cada vez com mais empenho pelas vagas gratuitas da universidade, que hoje são cada vez mais escassas (9).

Para um estudante rico, a perspectiva de pagar anuidades nada tem de aterradora, mas para os filhos das camadas médias, principalmente em alguns setores em rápido processo de proletarização, a não existência da universidade gratuita pode significar a renúncia aos estudos superiores.

Isso tudo não invalida o fato de que os filhos das classes trabalhadoras não estão nas universidades, a não ser em porcentagens baixíssimas. Aliás, não estão nem no 2.º grau. Quando chegam a esse nível estudam em cursos noturnos, muitas vezes supletivos, numa escola que após a “unificação” promovida pela reforma de 1971, torna-se cada vez mais estratificada em termos de períodos, de localização, ou simplesmente das diferenças de nível entre a escola particular e a escola pública.

Dessa população, a grande maioria não completa nem o 1.º grau *. As causas dessa intensa seletividade da escola de 1.º grau no Brasil, nem precisam ser explicadas. A miséria, a subnutrição impedindo o desenvolvimento do cérebro, a insuficiência de estímulos nos lares pobres, onde a criança dificilmente forma os esquemas de assimilação necessários à aprendizagem, o engajamento precoce no mercado de trabalho, o negativismo e a apatia diante de conteúdos escolares que pouco têm a ver com o cotidiano marcado pelos problemas da sobrevivência, etc, etc, etc..

Pois bem, ao invés de tentar corrigir todos esses determinantes de não-

escolaridade das classes subalternas, inicia-se a pregação a favor do ensino pago. Os estudantes universitários são privilegiados e por isso devem pagar. Como se o fato deles pagarem eliminasse o privilégio. É preciso observar que se eles passarem a pagar estará cristalizado o privilégio, que hoje ainda pode ser em inúmeros pontos da estrutura universitária, rompido por indivíduos oriundos de camadas menos privilegiadas e até subalternas de sociedade.

Aqueles que têm experiência dentro das Universidades sabem que alguns jovens oriundos das camadas mais baixas da sociedade, estimulados talvez, por uma história de vida diferenciada, heroicamente saltaram os obstáculos da escolaridade e chegaram à Universidade. Tais jovens constituem porcentagens baixas em relação a seus pares, mas devido a magnitude da população, existem em quantidades substanciais dentro da Universidade.

Para eles, sempre existiram dois caminhos: trabalhar durante o dia e pagar escola, à noite, em Faculdades de menor prestígio ou freqüentar, nas grandes Universidades públicas, os cursos cuja procura é menor, porque não apresentam atrativos para os filhos das famílias mais diretamente empenhadas na ascensão social ou na manutenção das posições já conquistadas. Por isso, alguns cursos, principalmente aqueles ligados às antigas Faculdades de Filosofia, abrigam um conjunto maior de filhos de trabalhadores ou estratos mais baixos das camadas médias em rápido processo de proletarização, os quais freqüentam também, mas com menor probabilidade, os cursos profissionalizantes de maior prestígio.

A presença desse tipo de estudante pode ser considerada um fator de democratização dentro da Universidade, apesar das condições de desigualdade que lhe são

* Dados apresentados no 1.º Seminário de Educação em Campinas (1978) mostram que mesmo para o Estado de São Paulo, o mais industrializado, o mais urbanizado do País, as taxas de reprovação e abandono alcançavam, no 1.º grau, 60,8% dos estudantes (1).

transmitidas pelas suas origens sociais. Mas a vida universitária envolve práticas igualitárias (a vida em repúblicas, os restaurantes universitários e um certo descaço pela roupa) que contribuem para, de certa forma, nivelar os estudantes.

A política correta, portanto, numa sociedade onde a democracia fosse realmente um objetivo, seria ampliar numericamente esse contingente, criando a nível do 1.º e do 2.º graus, mecanismos que permitissem a eles, não só chegar mais facilmente à Universidade, como competir pelos cursos que melhor se adequassem as suas tendências intelectuais e profissionais, independentemente do prestígio ou não da carreira. Enfim, a política correta seria eliminar os obstáculos à escolarização enfrentados pelos filhos das classes subalternas. A discussão da viabilidade de um projeto desse tipo nos remeteria à discussão do modelo político-econômico adotado pelo país nas duas últimas décadas. Esse modelo, cuja existência foi negada recentemente por uma das mais importantes eminências do sistema, misterioso a princípio, está se tornando cada vez mais conhecido do grande público, que hoje já sabe definir a mais cruel característica — a “exclusão”. Assim, a exclusão de mais de 60% dos indivíduos da escolaridade de 1.º grau não é obra do acaso. Ela corresponde ao modelo, e não tendo sido suficiente para evitar a contestação deve ser ampliada. As alterações constantes no sistema unificado que realiza vestibulares para a Universidade pública, a introdução de mecanismos eliminatórios e conseqüente fenômeno de vagas ociosas, que atinge principalmente os cursos de humanas, mas ocorre também nos cursos de exatas e biológicas não imediatamente profissionalizantes, as ameaças que pairam periodicamente sobre os cursos de humanas da UNESP *, tudo isto tem a ver com as intenções subjacentes,

encobertas pelas propostas ideológicas de maior rigor nos vestibulares e da implantação do ensino pago nas Universidades Públicas, como forma de eliminar privilégios. Na realidade o privilégio se tornará definitivo, uma vez que a partir de então procurarão a Universidade Pública apenas aqueles que puderem pagar, para os quais realmente, será benéfica a eliminação da concorrência de uma parcela bastante esforçada da população estudantil.

A crise dos cursos de humanas, que também começa a ser debatida no Estado de São Paulo, justificará ainda a diminuição do número de vagas, justamente em cursos que têm sido procurados pelos estudantes de menores posses.

Conforme foi enfatizado no início do artigo, o debate sobre esses problemas apenas se iniciou. A análise dos conteúdos ideológicos das propostas a respeito da escola superior no Brasil fornece elementos preciosos para esse debate, e por isso deve continuar. A Universidade precisa ser compreendida em todas as suas funções. Uma delas, talvez a principal, é a produção do saber. Mas o saber não pode ser transformado em mercadoria. A escola-empresa já existe para mais de 90% das vagas no Estado de São Paulo — escola-empresa que, com poucas e honrosas exceções — não produz saber, apenas vende currículos e diplomas. Cobrar anuidade nas Escolas Estaduais só vai beneficiar aqueles que podem pagar, os quais terão, a partir de então, maiores chances de frequentá-las.

Pelo menos duas ordens de conclusões gerais já podem ser levantadas, já que mecanismos ideológicos muito sutis estão atuando em dois níveis: 1) no primeiro deles, tenta-se dissimular as verdadeiras origens da injustiça, através da qual se obtém uma população universitária predominantemente de classes privilegiadas (a má distribuição da renda e o sis-

* Em 1976, a UNESP (Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”) sofreu uma reforma, através da qual, foram fechados inúmeros cursos, com a diminuição sensível do número de vagas, principalmente na área de humanas.

tema tributário injusto); propõem-se então a eliminação do privilégio através do pagamento de anuidades, o que significa tomar a consequência como causa e obscurecer a compreensão do fenômeno; 2) através da sistematica do vestibular, que conforme se demonstrou é apenas um instrumento de política educacional, e nunca de avaliação, divulga-se a idéia do baixo nível do estudante brasileiro, o que ajuda a justificar a não ampliação e até mesmo a diminuição do número de vagas nas Universidades oficiais. Paralelamente, desviam-se para o vestibular as energias

de uma parcela substancial da juventude, no que esse concurso atua ainda como mecanismo de alienação. A opinião pública também resulta iludida, já que os verdadeiros problemas estão na Escola de 1.º e 2.ª graus, mas as constantes alterações do concurso vestibular criam a ilusão de que se está tentando melhorar as condições de ensino. Dissimula-se, dessa forma, o fato de que as alterações do concurso vestibular apenas servem à política educacional, a qual atende às necessidades da conjuntura político-econômica do país.

WHITAKER, D.C.A. — University, entrance examinations and ideology. *Perspectivas*, São Paulo, 6:123-131, 1983.

ABSTRACT: The functions of the entrance examination under the light of the political needs of different historical moments. The critical analysis of changes which have occurred in such a type of exam from the consolidation of the monopolist capital in Brazil, as well as the hardening of such a school barrier due to the labour market for university graduates. The problem of the paid university education as a consequence.

KEY-WORDS: Ideology and political education; entrance examination, critical analysis; paid University education; university graduate, labour market.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. GARCIA, W. — *Pedagogia e anti-pedagogia: pontos para discussão*, 1978. (mimeo).
2. GOLDMAN, L. — *Ciência humana e filosofia* — São Paulo, Difel, 1979.
3. GRAMSCI, A. — *A concepção dialética da história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.
4. HORKHEIMER, M. — Ideologia y acción. In: LENK, K. — *El concepto de ideología*. Madrid, Amorrortu Ed., 1971. p. 245-264.
5. MANNHEIM, K. — *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
6. MARX, K. & ENGELS F. — *La ideología alemana*. Montevideo, Pueblos Unidos, 1971.
7. MILLS, W. — *A nova classe média*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
8. OLIVEIRA, L.L. — A opção profissional: tendências e implicações para o vestibular. *Cadernos de Pesquisa*, (6):13-19, 1982.
9. WHITAKER, D.C.A. — *A seleção dos privilegiados*. São Paulo, Ed. Semente, 1981.
10. WHITAKER, D.C.A. — Ideologia e cultura no Brasil: sugestões para uma análise de nosso processo cultural, à luz da teoria crítica da sociedade. *Perspectivas*, 5: 5-14, 1982.